

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

**A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CAMINHOS
EMANCIPATÓRIOS - UMA VISÃO SOCIOLÓGICA¹
HUMAN RIGHTS EDUCATION IN THE S WAYS EMANCIPATIVE - AN
SOCIOLOGICAL VISION.**

Enio Waldir Da Silva²

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no DCJS- Unijui Grupo de Pesquisa Fundamentação e Concretização dos Direitos Humanos e Grupo de Estudo em Educação Popular .

² Doutor em Sociologia Enio Waldir da Silva Professor do DCJS - UNIJUI Mestrado em Direitos Humanos Eniowsil@unijui.edu.br

Resumo

Como nascem as violências humanas? Uma pergunta para uma reflexão sobre as respostas sobre o que é a humanidade da vida e sobre como podemos conviver com base em uma igualdade de dignidade da vida. Se ainda não há uma resposta é por que ainda é necessário continuar elucidando a própria pergunta que pressupõe que se não sabemos como algo nasce e cresce também não saberemos como acabar com ele. Entendemos que a agressão está vinculada a natureza da personalidade ansiosa da pessoa e é passível de remédio para controlar e conviver com ela, assim como o conflito é próprio das diferenças humanas nas relações pessoais passíveis de acordos e controles. Mas a violência é a explosão da agressão e do conflito que gera o sofrimento humano e é descontrolada, indimensionável, circular e destrutiva. Por isso precisamos antídotos que não permita seu nascer. Apostamos na cultura dos direitos humanos como conteúdo da educação de todo o ser humano em sociedade.

Palavras-chave: Emancipação; Violência; Educação, Direitos Humanos.

**HUMAN RIGHTS EDUCATION IN THE S WAYS EMANCIPATIVE - AN SOCIOLOGICAL
VISION.**

Summary

As human violence are born? A question for a reflection on the answers about what is the humanity of life and how we can live together on the basis of equal dignity of life. **If there is still no one answer is why is it still necessary to continue clarifying the question itself assumes that if you don't know how something is born and grows also won't know how to stop it.** We understand that the aggression is bound to nature of the personality of the person and anxious can remedy to control and live with it, as well as the conflict is human differences in personal relationships and agreements will be subject to controls. But violence is the explosion of aggression and conflict that raises the human suffering and is out of control, indimensionável, circular and destructive. That's

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

why we need antidotes that do not allow your birth. Let's make it a human rights culture as content of the education of every human being in society.

Keywords: Emancipation; Violence; Education, Human Rights.

Introdução

Vivemos um tempo de violência e estranhamento nas relações sociais que levam os pensadores sociais a rever as compreensões sobre a dimensão social dos indivíduos. Embora se concorde que esta dimensão, em sua totalidade, não cabe em teorias é possível destacar alguns aspectos da realidade que impactam sobre o pensamento e a ação das pessoas, forçando-as a estranhamentos e violências.

Um dos lugares de produção do indivíduo como ser social é a escola e expressão desta sociabilidade se dá pela educação. Compreendemos a educação para além do processo escolar, no entanto na escola estão as formas mais sistemáticas de aprendizagem do mundo. Por isso, as relações humanas pacíficas, a dignidade da pessoa, o reconhecimento do outro e a liberdade da vida deveria ser ensinados e vividos no mundo escolar, pois se vivenciamos algo e a percebemos em todos os lugares do nosso cotidiano ela se torna cultura, valor de vida e *habitus*. É aí que vemos a força do direito vivo, a força da responsabilidade, do dever de cada um preservar o seu direito e reconhecer o direito do outro.

Como instituição cultural a escola pode contribuir para criar a cultura dos direitos humanos. Quando a escola se organiza com base nos princípios da igualdade, do reconhecimento da diferença, da liberdade, da responsabilidade compartilhada e da dignidade da vida ela contribui muito para enraizar formas de entendimentos das convivências. No entanto, a escola não é uma ilha e seus professores, embora possuam uma visão aprofundada dos problemas de efetivar uma educação emancipadora nos atuais tempos, estão imersos na complexidade social geradora de ambientes de agressões e conflitos descontrolados.

Os variados estudos deixam bem claro isto ao defender um ensino humanista nas escolas, mas falham muito ao esquecerem que esta instituição vem influenciando muito pouco na estruturação da sociedade e no comportamento geral da população. Há hoje fontes educativas muito mais fortes que as escolas que as sufocam em objetivos de ensinar as ciências.

São as famílias, o Estado, a mídia, as religiões, o mercado e as empresas, as leis, as associações, cotidianidades, etc., que possuem as forças orientadoras das ações dos indivíduos. A escola é mais uma instituição no meio de tantas outras. Por isso ela precisa ser mais forte do que é para criar esta nova cultura.

As teorias emancipatórias em destaque apontam saídas para além da escola, mas as que apostam

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

na escola inserem alguns pressupostos para ela cumpra um papel libertador, como é o pressuposto do discurso libertador dos direitos humanos.

Se para Marx mais que interpretar bem o mundo é necessário transformar a sociedade no sentido da desigualdade para a igualdade, para Habermas é preciso criar entendimentos desta igualdade através de uma linguagem dialógica que expresse sentidos e interesses universais. Para Touraine, que herda, de certa forma, esta posição histórica, é imprescindível que se fortalece o caráter individual e solidário dos indivíduos e se leve este sentido de reconhecimento da humanidade da vida para os movimentos sociais. Já para Boaventura de Sousa Santos, o importante reúne estas prepositivas em contexto de experimentações democráticas e democratizantes de forma a ganhar espaços dentro de um mapa alternativo ao capitalismo. Ou seja, todos os autores tem comum a posição de superação da lógica capitalista, mas divergem na forma de fazer isso.

Para Marx seria a revolução; para Habermas seria pelo diálogo; para Touraine seria pelo reforço da qualidade participativa do sujeito atuando nos movimentos sociais e para Santos seria pela nova narrativa dos Direitos Humanos que iria se experimentando em diversos contextos de ambientes democráticos e formando redes multiculturais destas com a finalidade de quebrar com as lógicas dominantes onde elas se apresentarem.

É sobre a colaboração dos direitos humanos no ambiente escolar para estas saídas emancipatórias que vamos nos dedicar aqui.

Metodologia

Nossa metodologia é a Pesquisa Bibliográfica que vai unir os esforços reflexivos das teorias emancipatórias e as posições dos direitos humanos, especialmente aquelas abordagens da sociologia.

Resultado e discussão

Vivemos um tempo em que as realidades sociais não estão mais permeadas pela defesa de criação e manutenção nas nações e sim por discursos menos institucionais expressando interesses de minorias que querem falar, serem ouvidas e entendidas. Trata-se de desejo de usar a gramática - a própria língua dos cotidianos -, o cultivo de religiões e costumes, acesso aos elementos de dignidade, luta por saúde, assistência social, proteção, trabalho, etc.

A principal abordagem sobre emancipação das ciências sociais que vem da teoria crítica, da perspectiva compreensiva da dialética de Marx nos indica que o oposto da emancipação é a alienação, pois quando o ser humano não percebe o valor da dignidade de sua vida trata-a como *coisa* e, tal fato, faz com que ele assim também trate o outro, gerando ali o estranhamento e os laços de dominação e exploração.

Neste sentido, a alienação é um fato histórico, político, social, cultural, religioso e intelectual. Preso no entrelaçamento de opiniões padronizadas, o indivíduo não consegue fugir da tessitura

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

material e não adquire consciência do valor de sua vida.

Só é possível se libertar - se emancipar - na medida que criar um conhecimento deste processo de agir, pensar e sentir e usa este saber para atacar os problemas reais que se apresentam nas vivências dialéticas. Não se trata de distanciar dos fatos para percebê-los, mas sim envolver-se com eles para melhor conhecer para transformá-los. Ao envolver-se nas tensões cotidianas, em relações afetivas, as coisas que temem, as discursos ideológicos do poder, as ideias padronizadas, as dores, etc. o indivíduo pode enfrenta-las, quebrar a hegemonia da força que estão por traz dos problemas, rasgar o véu da *coisicidade* e da *fetichização* do real. Esta capacidade de desvelar e expressar as contradições dialéticas do contexto social, histórico, político, cultural, religioso, intelectual, etc e interagir criativamente como sujeito nas contingências da condição humana seria a primeira ideia de emancipação (MARX, 2002).

Ao agir entendendo estamos tendo consciência do resultado desta na dinâmica da totalidade da historicidade como devir humano. Ou seja, é noção mesmo da grandeza humana vai se realizando nas relações sociais como um projeto pensado que permite se compreender os obstáculos a realidade factual que possibilita desprender do que é para o dever ser, compreender a necessidade de transformação social. Se não sei como uma sociedade pode ser para substituir esta que critico não tenho fundamento da minha critica e não inicio a luta emancipatória. Mas esta imagem da sociedade justa, porque humana, tem que estar permeada no interesse coletivo e não um mero sonho de um sujeito que sonha só. Por isso é necessário criar espaços de fala para que os indivíduos dialoguem sobre estes entendimentos e afinem interesses pelos quais podem lutar institucionalmente também (HABERMAS, 2002).

Politicamente, a emancipação tem a ver com a percepção do poder e seu uso na proteção da humanidade da vida que se perdeu quando surgiu a exploração do homem pelo homem. Trata-se de pensar e viver as forças que organização a auto-realização humana, a satisfação da vida de todos os indivíduos. Esta força não pode estar nas mãos de um ou outro indivíduo, mas diluído no modo organizativo das vivências coletivas sem privilegiados e sem dominadores.

Na perspectiva cultural, emancipar-se é tratar de como de usa os saberes simbólicos para elucidar a vida e representa-la. É sobre a cultura da lógica capitalista que Marx dedica a mostrar o grande obstáculo que os operários possuem para emancipar-se. O controle dos procedimentos educativos pela classe burguesa permitiu a esta fortalecer as orientações das ações das pessoas para o processo técnico pragmático da vida. Este processo se espelha e se expressa em outros espaços de distribuição de ideologias. A razão passou a ser usada para a racionalização dos interesses de classes e motivou o conjunto da sociedade a se apegar ao consumo de mercadorias que substitui outros valores da humanidade da vida.

Mas é na perspectiva da emancipação econômica que a obra de Marx criou as compreensões mais universais da possibilidade de liberdade total do gênero humano. Ou seja, quando o homem produzir o que necessita para a sua vida sem exploração estamos da condição de vida emancipada. É, portanto, pelo trabalho que constrói a vida livre. A sociedade possui sua materialidade alicerçada sobre o processo de trabalho dos homens. O homem, porém, ao trabalhar, concretiza suas ideias, suas forças físicas, seus sentimentos, sua natureza e, ao assim

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

fazer, constrói relações sociais, elabora a história, produz a sociedade. Assim, as gerações vindouras se deparam com a produção das gerações anteriores e se utilizam das construções existentes para sobreviverem e, conseqüentemente, reproduzem a história ou constroem uma nova história. Esta lição não pode ser esquecida na escola, pois o trabalho é ainda nossa principal referência ética e base de legitimação da dignidade da vida, tema central dos direitos humanos (SILVA, 2017).

Além desta visão histórica do devir histórica a educação escolar precisa perceber que o enfoque de abordagens das aprendizagens está no sujeito que se situa no sistema, pois é a pessoa que está exposta a invasão do mundo das comunicações, do consumo e sofrendo os impactos das mudanças culturais. Por isso armam situações de conflitos, violências, agressões e reivindicações dos mais variados interesses, pessoas que querem não mais o direito de ser como os outros, mas de ser outro, protegendo suas características, as diferenças e mostrando que cada um pode construir condições de vida, individual ou coletiva, sem perder seus traços de identidades particulares. Ou seja, trata-se da compreensão de que não há mais uma cultura universal capaz de responder as exigências da vida civilizada e que os projetos educativos não podem mais se fazer com base em massificações e generalizações. Estamos permeados pelas perspectivas de livre escolha das condutas, liberdades de consciência e de manutenção de imagens do indivíduo particular que quer ter seu direito de ser sujeito, o direito de ser livremente si mesmo, mesmo que isso escancare os conflitos (TOURAINÉ, 2010).

Considerações finais

Se a emancipação era um conceito central da modernidade, entrou em crise de significação diante da busca de simbolismo do indivíduo contemporâneo. A expectativa de uma vida melhor no futuro foi substituída pela razão pragmática do instante individualista. Isso faz com que até a disposição de pensar uma alternativa ao capitalismo entrasse em crise, inaugurando uma neocolonização que usa forma de opressões e dominações muito mais sorrateiros permeados nas relações sociais. As experiências e as expectativas atolam-se em resignações indignadas que não são canalizados para lutas coletivas. As ansiedades se perdem e atos descontínuos sem ecos e a própria democracia é uma projeção desacreditada diante do “deixai fazer” generalizado. Pasmados diante da realidade multicultural os indivíduos gritam somente por si mesmos. Inclusive as saídas econômicas são visualidades como “sortes” e não como esforço de inovação, organização e ética do trabalho (BRANCO; OLIVEIRA, 2012).

Do que existe pouco se sabe e no existente não tem porque acreditar. A crença esvaiu-se. Só se tem o EU rodeado de fragmentos das expectativas que os outros possuem deles. Sem eco, os gritos de “existo, me escutem, me entendam e me respeitem” retornam após bater no muro dos novos escravagistas e colonizadores que dirigem o sistema social. Sem ser igual e sem ser diferente a natureza humana se sente ameaçada sem mesmo saber por quem. Somente um diálogo como uma gramática social pode revelar a complexidade social

Este diálogo não deixa de ser uma utopia, mas uma utopia realista já que se concorda que todos os sujeitos são capazes de projeção da vida, desde que consigam usar da fala para aprimorá-la nos

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

discursos democráticos. Estas falas deshierquizadas são experimentações que já podem servir como ponto de partida em grupos autogestionários espalhados por diversos lugares. Há inteligibilidades congruentes que podem ser pesquisadas para fazer fluir caminhos para movimentos emancipatórios sem pretensão de homogeneização ou canibalização ideológica.

O discurso da educação emancipatória precisa deslocar-se da sociedade estruturada por relações de classe, do Estado como o mecanismo de controle da sociedade e voltar-se para os atores sociais e movimentos sociais. Há um novo paradigma no ar, não mais o da formação da consciência abstrata e sim a do diálogo, da interação discursiva e solidária que podem levar a acordos sobre interesses que dão base a uma melhor organização de luta, mas que não obrigam o indivíduo a ficar amarrado a engajamentos a uma pátria, um partido ou a um dogma. É o tempo em que as afetividades, as solidariedades, as generosidades e as individualidades não aceitam ser ofendidas ou ameaçadas.

Não se trata de uma visão negativa da educação política dos sujeitos, mas de mostrar que o conteúdo da ação política democrática tão defendida na educação emancipadora mudou. A arena é outra, mas igualmente importante: está no indivíduo e suas relações sociais.

Este é o desafio mais complexo para a educação, pois ela não pode abrir mão de encontrar a universalidade, mesmo que seja nestes interesses locais. Ali precisa iniciar a formar o princípio democrático. A educação escolar vivida no local pode e precisa despertar o universalismo nas crianças e jovens ao ponto de promover as redes de motivações racionais que constroem novas sociabilidades humanas quando perceber as ansiedades e desejos das pessoas possuem pontos comuns.

Todos os sujeitos condenam aquilo que é intolerável e por possuírem capacidades de linguagem expressam suas reações que podem ser canalizadas para diálogos sobre ideais. Estas ansiedades expressivas podem ser canalizadas para uma imagem de futuro que se quer e que precisa de preparação. Quem não tem imagem do futuro e da estrada para lá chegar não se prepara para a caminhada e se comporta de qualquer maneira, maltratando o outro como um sinal de desrespeito a si mesmo: é a violência.

As regras da escola, os processos pedagógicos, o rigor na aprendizagem indicam a autoridade compartilhada do professor que projeta um mundo. A interiorização disto tudo leva a uma nova epistemologia do saber para formar uma cultura de vivência em paz e constrói um ambiente de dignidade e de mutuo reconhecimentos (SANTOS, 2008). É isso que se quer na luta pelos direitos humanos vivo e concreto na educação escolar, um modo de viver, um *habitus* impregnado nos sujeitos. Se o indivíduo tem consciência de ter direito a *ser ele mesmo*, também deve poder perceber de que *assim também é o outro com seus direitos*. Tudo começa com ele - o *Eu* - num processo que podemos chamar de unificação e individualização percebida como possível graças a existência do outro que também luta contra a violência, a mercantilização da vida, o estranhamento. O sujeito se afirma exatamente na percepção dos conflitos e ameaças em que ele e o outro resistem. É a consciência de si mesmo como sujeito, que não quer ser humilhado, desprotegido, desrespeitado, esquecido, incompreendido, silenciado. Estes sujeitos estão propensos a ir para os movimentos sociais que carreguem seus ímpetos e estão dispostos a lutar

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

para fazer a transformação dos artificialismos a que estão inseridos nos últimos tempos (BRASIL, 2003).

Em termos gerais, estas transformações só podem acontecer pela comunicação, o diálogo entre indivíduos e coletividades que dispõem, ao mesmo tempo, dos mesmos princípios e de experiências históricas diferentes para se situarem uns em relação aos outros. Entra aí a interdependência de nossa consciência de responsabilidade e nossa angústia da autodestruição que desafia-nos a criar forças em si e de reconhecer no outro como fonte de solidariedade e que está em relação com os mesmo problemas com que eu estou relacionado e cuja história não está totalmente separada da minha própria história.

A educação para a emancipação assenta-se sobre este novo pressuposto da liberdade, da autonomia e da sustentação do direito a palavra que opera as relações intersubjetivas respeitadora da dignidade e do reconhecimento. A educação baseada na comunicação aberta e sem coação poderá definir uma agenda que não fomenta o isolamento das diferenças, mas que fortaleça as reciprocidades decorrentes de defesas da dignidade da humanidade da vida e do reconhecimento da importância da pessoa. É nesse sentido que podemos pautar os direitos humanos como um movimento que poderia amparar estes diálogos que lutam para amparar as particularidades, as diferenças, as complementaridades e as forças em compartilhamento. Os direitos humanos são universais porque a lógica humana é universal, a dignidade de um é igual à dignidade do outro. O mundo cultural reivindica seu diferencial, mas não naquilo que é igual a todo o ser humano. Esta particularidade, como diz Morin (2003) é a coisa mais universal no ser humano.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília, 2003. 52p.

BRANCO, A; OLIVERA, M (Orgs.) **Diversidade e Cultura de Paz na Escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012. p. 21

HABERMAS, J. A inclusão do outro. São Paulo: Layola, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo** - para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina - 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **Viver Outramente** - o discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Enio Waldir da. Sociologia Jurídica. Ijuí/RS: Unijui, 2012

Evento: XXII Jornada de Pesquisa